

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

ANA DE SOUZA BEZERRA

**MÉTODOS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA
2014

ANA DE SOUZA BEZERRA

MÉTODOS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Carlos Laércio Wrasse

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

Titulo da Monografia

Por

Nome do aluno

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... **de..... de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha família, pelo apoio, compreensão e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu orientador professor Carlos Laércio Wrasse pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

BEZERRA, Ana de Souza. Métodos de ensino para inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva. 46 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

O presente estudo trata da educação infantil no processo de inclusão da pessoa surda e os métodos de ensino para a inclusão escolar dos mesmos. A investigação se efetivou por meio de uma abordagem qualitativa para as reflexões dos referenciais teóricos, bem como entrevista com pais e professor. Entende-se que a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é uma política educacional que contempla o atendimento de todos os alunos no mesmo espaço em comum, para que todos tenham acesso ao conhecimento escolar. Sendo a escola deve ser entendida como um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem sua visão, aprendendo a respeitar as diferenças e se tornando mais uma vez mediadora desta socialização entre os indivíduos. com as reflexões dos referenciais teóricos e entrevista observou-se que a escola ainda está aberta à todas as situações, distante porém de cumprir o seu papel dentro da educação inclusiva, principalmente no que diz respeito aos profissionais por falta de formação adequada e que a família ainda precisa estar sendo orientada sobre a importância que ela tem no processo educacional dos seus filhos, seja eles com ou sem deficiência.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Inclusiva, Família, métodos de ensino e Surdez

ABSTRAT

BEZERRA, Ana de Souza, Teaching for school inclusion of students with hearing impairment. 46. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

The present study deals with early childhood education in the inclusion of the deaf person and the teaching methods for school inclusion of such process. The research was accomplished through a qualitative approach to the reflections of the theoretical references and interviews with parents and teachers . It is understood that the school inclusion of students with special needs is an education policy that includes attendance of all students in the same space together, so that everyone has access to school knowledge . Being the school should be understood as a space for learners to construct new knowledge , divide their personal universes and expand your vision, learning to respect differences and becoming once again a mediator of this socialization among individuals . with the reflections of the theoretical frameworks and interview it was noted that the school is still open for all situations , but far from fulfilling its role within the inclusive education , especially with regard to the lack of adequate professional training and that the family still needs to be driven on the importance it has in the educational process of their children , be they with or without disabilities.

keywords

Childhood Education , Inclusive Education , Family, teaching methods and Deafnes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Erro! Indicador não definido.
2.1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
2.2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	Erro! Indicador não definido.
2.3 FUNDAMENTOS LEGAIS	Erro! Indicador não definido.
2.4 SURDEZ.....	20
2.5 EDUCAÇÃO INFANTIL E A SURDEZ	<u>22</u>
2.6 O PAPEL DO PROFESSOR E OS METODOS DE ENSINO	26
2.7 IMPRESSÕES DA FAMÍLIA E DA ESCOLA EM RELAÇÃO A CRIANÇA COM SURDEZ.....	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 LOCAL DA PESQUISA	34
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	35
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	35
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
2.2 A IMPRESSÃO FAMILIAR SOBRE A SURDEZ.....	37
2.3 A IMPRESSÃO DO PROFESSOR SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A educação, um dos bens mais preciosos da humanidade, é defendida, como direito de todos e dever do Estado e da família, na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Através de vários artigos, a Constituição afirma que a educação deverá ser promovida e incentivada com o apoio da sociedade, com o objetivo de promover o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, através do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Além da Constituição Federal, diversas leis amparam o direito do aluno com algum tipo de necessidade especial de receber atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, dentre elas, a Declaração de Salamanca de 1994, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, dentre outros documentos importantes.

Durante muito tempo preservou-se o pensamento de que a Educação Especial segregada seria a mais apropriada para o ensino de alunos com deficiência, porém vários estudos no campo da educação vêm modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas, promovendo a reestruturação de todo o sistema educacional, através do conceito da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Atualmente, muitas pesquisas estão sendo realizadas na tentativa de inclusão de todos os alunos com necessidades especiais no ensino regular, onde se tem discutido a respeito da melhor maneira de incluir, de que forma esses alunos aprenderiam melhor, qual o melhor local para estudo desses alunos, entre outras questões..

Entende-se que a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é uma política educacional que contempla o atendimento de todos os alunos no mesmo espaço em comum, para que todos tenham acesso ao conhecimento escolar. A educação especial permite refletir sobre as diferenças humanas na linguagem, no desenvolvimento e na aprendizagem, na qual remete a reflexão que cada aluno deve receber subsídios para driblar suas dificuldades, mantendo o direito de desfrutar da convivência com os demais alunos.

A compreensão da importância do atendimento educacional especializado reside no fato de que este objetiva identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que reduzam os obstáculos para a completa participação dos alunos, levando em conta as suas necessidades específicas. Alguns pesquisadores e profissionais discordam com a ideia de inclusão de alunos com comprometimentos mais graves, através do argumento de que esses alunos além de não conseguirem acompanhar o currículo, poderiam prejudicar o desempenho dos demais alunos. Assim, se faz necessário estudar os métodos de ensino que podem ser empregados para a inclusão de alunos com deficiência auditiva.

Partindo do pressuposto de que a sociedade inclusiva pode ter origem na escola inclusiva, acredita-se que seria de grande relevância que a inclusão fosse vivenciada desde a Educação Infantil, para que quando os indivíduos chegassem aos níveis mais elevados, na escola ou na comunidade, não censurassem a convivência junto a pessoas com deficiência.

Para tanto, pretende-se por meio de pesquisa qualitativa através de pesquisa bibliográfica acerca dos referenciais teóricos, subsidiadas em livros e sites que já publicaram sobre o assunto, bem como, também por meio da pesquisa, quantitativa mediante entrevista com uma mãe de um determinado aluno com necessidade especial auditiva e a professora do referido aluno, realizar este estudo. Tendo objetivo conhecer os métodos de ensino para a inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva, no sentido de revisar a literatura referente aos métodos de ensino para a inclusão de alunos com necessidades especiais, especialmente as auditivas, entender as leis que asseguram a educação de alunos com necessidades especiais, assim como discutir as características apresentadas por alunos com deficiência auditiva, quanto à sua identificação, dificuldades de socialização, comunicação e interação social, de modo a ressaltar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com tal deficiência, além de compreender os meios adequados que colaborem para a inclusão escolar dos mesmos.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é uma política educacional que contempla o atendimento de todos os alunos no mesmo espaço em comum, para que todos tenham acesso ao conhecimento escolar. A educação especial permite refletir sobre as diferenças humanas na linguagem, no desenvolvimento e na aprendizagem, na qual remete a reflexão de que cada aluno

deve receber subsídios para driblar suas dificuldades, mantendo o direito de desfrutar da convivência com os demais alunos.

Este trabalho conta com cinco capítulos, sendo que no primeiro capítulo discorre-se brevemente sobre o histórico da inclusão, conceituando esse termo destacando a trajetória da Inclusão.

O segundo discorre-se sobre os fundamentos da educação dos surdos, destacando a trajetória e os fundamentos legais, onde estão embasados o direito a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

O terceiro capítulo aborda brevemente o conceito de surdez, perpassando sobre a importância de a criança surda frequentar a escola desde a educação infantil e contar com a presença de um professor que compreenda suas necessidades e desejos e que, de preferência, que tenha conhecimento da língua de sinais para poder auxiliá-la no desenvolvimento de sua comunicação com todos que a cercam.

O quarto capítulo retoma o papel do professor e os métodos de ensino conhecidos, verificando que ainda existem dúvidas e dificuldades ainda existentes em relação a metodologia mais eficaz em relação ao ensino/aprendizagem da pessoa surda dificulta o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas instituições de ensino.

O quinto capítulo apresenta os resultados e discussões, buscando retratar as impressões da família e da escola em relação à criança com surdez, onde busca demonstrar, mediante entrevista com uma mãe e uma professora de um aluno surdo o contexto onde o mesmo está inserido, destacando a extrema importância da parceria da família e a escola, onde as mesmas devem estabelecer uma relação de reciprocidade, de modo que a família participe mais diretamente no processo educacional de seus filhos, ajudando-os a *aprender a aprender* e a escola divida com a família o seu conhecimento sobre a criança, respeitando o seu desejo desta e ajudando-a a se informar e desenvolver, simultaneamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Inclusão é um termo que tem sido usado predominantemente como sinônimo para integração de alunos com deficiência no Ensino Regular denotando, desta forma, a perpetuação da vinculação deste conceito com a educação especial.

Cabe acrescentar a publicação relevante na área de educação inclusiva o Index para a Inclusão do Centro de Estudos sobre a educação Inclusiva, que estabelece:

inclusão ou educação inclusiva não é um outro nome para a educação dos alunos com necessidades especiais. Inclusão envolve uma abordagem diferente para identificar e resolver dificuldades que emergem na escola (.) [a inclusão educacional] implica em um processo que aumente a participação de estudantes [nas atividades e vida escolar] e reduza sua exclusão da cultura, do currículo e das comunidades das escolas locais. (CSEI 2000, p. 04),

Diante destes conceitos, o fato é que vivemos em uma sociedade que se caracteriza por estabelecer alguns padrões de comportamento, tanto de corpo, como de formas de ver o mundo e aqueles que não se enquadram nesses padrões tornam-se marginalizados, rejeitados e excluídos do seu convívio social.

Ao recorrer à história da humanidade percebemos que esse pensamento de exclusão ao diferente esteve presente em todas as sociedades, pois ao longo do tempo produziram uma visão padronizada e classificaram as pessoas de acordo com estereótipos pré-estabelecidos, elegendo padrões de normalidade e esquecendo-se de que a sociedade é formada e construída na diversidade.

Devido esta visão padronizada, as pessoas com necessidades especiais sofrem com a discriminação e exclusão social pelo fato de possuírem algumas limitações, sejam elas físicas, intelectuais ou sensoriais.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa reporta à História da Educação Especial, para assim, compreendermos de fato a trajetória da Inclusão.

De acordo com os estudos da Sasaki *apud* Reinaldo Soler (2005, p.79-80) percebe-se como se deu o processo histórico da educação das pessoas com necessidades especiais, sendo que estes se dividem em quatro fases bastante distintas:

1. fase da exclusão	Anterior ao século XX. As pessoas portadoras de deficiência eram impedidas de frequentar escolas.
2. fase da segregação	Pessoas portadoras de necessidades especiais eram atendidas dentro das instituições. As pessoas começam a frequentar a escola, porém separados dos alunos considerados “normais”.
3. fase da integração	Eram aceitas as deficiências mais adaptáveis às classes comuns. Os alunos tinham que se adaptar ao sistema escolar. Ocorreu uma falsa integração.
4. fase da inclusão	Desenvolveu-se nos anos 90. O sistema educacional adaptou-se as necessidades dos alunos.

Fonte: adaptado de Soler (2005, p. 79-80)

Destaca-se que a fase da exclusão, assim como o nome deixa explícito, as pessoas com surdez não eram consideradas membros da sociedade. Na fase da segregação mesmo sendo atendidas dentro das instituições existia uma separação, pois com atendimento em salas separadas acreditava-se que poderia haver o aprendizado, porém isso não acontecia de forma integrada.

Na terceira fase, a da integração, eram aceitas matrículas nas escolas de pessoas com deficiências mais adaptáveis, no caso aqui em questão, da pessoa surda, com os alunos entendidos como “normais”, porém as normas existiam, o currículo estava para ser cumprido e os alunos surdos é quem tinham que se adaptar ao sistema escolar, nota-se uma inclusão mascarada.

Somente nos anos 90 o sistema educacional adaptou-se as necessidades dos alunos com necessidades especiais, ou seja, no sistema inclusivo é a escola quem se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

Diante do explicitado, percebe-se que no decorrer da história, a surdez foi sinônimo de negatividade, alvo de incompreensão, onde os surdos foram marginalizados, carregando consigo estigmas que os deixavam à margem da sociedade.

A partir de meados do Século XV, com a contribuição dos primeiros educadores de surdos a história dos surdos foi desenvolvendo várias faces partindo da teoria do oralismo a posição gestualista.

Da segregação à inclusão houve um grande percurso, hoje amparados por LBI, não só a pessoa surda, mas toda pessoa com deficiência tem direito a educação, uma educação que venha de encontro com o verdadeiro sentido inclusão.

O art. 208 inciso III da Constituição Federal Brasileira reassegura que “o portador de deficiência tem direito ao atendimento na rede regular de ensino”. Ainda, a Lei Federal 7853/89 dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime.

Com base nas determinações legais é correto afirmar que as instituições de ensino devem estar abertas a receber alunos que apresentam deficiência, seja ela qual for, contudo verifica-se o caminho que a escola tem a percorrer para estar preparada para receber a todos está apenas começando, é preciso se organizar estando atentos ao que se refere desde um espaço físico adequado, professores habilitados e capacitados, currículo, planejamento, equipe de apoio, enfim se organizar de modo a ofertar uma educação e ensino de qualidade e propiciar um ambiente receptivo afim de contribuir com a socialização e aprendizado de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Mantoan¹ (1999), afirma que reunir no mesmo espaço crianças comuns e as com deficiência beneficia todo o sistema escolar. E, ainda segundo a autora:

(...) a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, -mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que o direito de todos à educação (MANTOAN, p. 35).

Como citado anteriormente de acordo com a LDB (1996) “a educação especial é entendida como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”(LDB 9394/96, no cap. 09, artigo 58),

Mesmo diante das Leis, acredita-se que é necessário ocorrer ainda alguns avanços com o intuito de produzir mudanças significativas na realidade escolar, capaz de permitir que todos, sem exceções, com deficiências, dificuldades ou não, tenham acesso à uma educação de qualidade, pois de acordo com o ECA (1990):

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (1990, p.05 Art. 5º)

Dentro deste contexto histórico em que estamos não se pode mais negar que todos têm direito à educação, a inclusão dos alunos com TGD (transtorno global de desenvolvimento), que é objeto de estudo do presente trabalho, é um fato. Cabe a escola se organizar, tanto no que diz respeito à estrutura, quanto na formação dos profissionais de modo a receber e incluir todos os alunos na rede regular de ensino atendendo as suas individualidades.

2.2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A história da educação dos Surdos inicia-se com Aristóteles (384-322 a.C.). Ele declara que audição é, de todos os sentidos, aquele que dá a maior contribuição para o conhecimento, já que o discurso só é compreensível porque a fala é composta por palavras, cada uma delas um símbolo racional. Assim, para ele, um cego seria necessariamente mais inteligente que um surdo-mudo. (RAMOS, 2004, p. 03)

No livro mais antigo, a Bíblia, apresenta um relato de um milagre de Jesus que “cura” um surdo e este se põe imediatamente a falar. Ressalta-se aqui que a palavra “kophoi” é utilizada para surdo e mudo. Não há registros que identifique uma língua para eles.

Vale destacar que na antiguidade tanto gregos como romanos não percebiam as pessoas surdas como pessoas competentes. Eles eram isolados da sociedade com base na idéia de que, segundo Moura, 2000,p.16:

[...] o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Desde que a fala não se desenvolvia sem a audição, quem não ouvia, não falava e não pensava, não podendo receber ensinamentos e, portanto, aprende (MOURA, 2000,p.16)

Em 1198 o papa Inocêncio III autoriza o casamento de um “mudo”, argumentando que “apesar de não poder falar, em sinais pode se manifestar”.

O (re) nascimento das cidades, as viagens colocando povos e culturas em contato parece dar ao surdo sua primeira leitura como grupo lingüístico/cultural.

Podemos apontar esse momento como o do “surgimento” das línguas de sinais. (RAMOS 2004, p.03)

Dessa forma começa a evidenciar que os surdos passam a ser notados como pessoas “diferentes”.

No renascimento, dentro desse conceito de mobilidade e início da construção de uma identidade surda, eles podem até mesmo incomodar o poder instituído, já que, em grupo, sinalizando, podem parecer estrangeiros – perigosos, maldosos, larápios, da mesma maneira como hoje em dia vemos explodir pelo mundo todo o medo dos imigrantes - (RAMOS, 2004, p.03).

Devido a tal pensamento nota-se uma preocupação, inicia-se uma busca aproximá-los da “normalidade”. Nesse momento surge como primeiro “professor” o monge espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), da ordem dos beneditinos, a quem se atribui também à invenção do primeiro alfabeto datilológico (alfabeto manual). Ele ensina a três filhos de nobres a escrita e a fala em grego, latim e italiano. (RAMOS 2004, p.04).

Com essa nova concepção de mundo e de homem, as pessoas surdas foram de certa forma beneficiadas, pois começaram a surgir os interessados a ensinar os surdos a falar. Não se importavam com um molde, ou uma metodologia específica, assim a comunicação gestual de todo tipo aparece como recurso na aquisição da fala.

O primeiro livro conhecido em inglês que descreve a Língua de Sinais como um sistema complexo, na qual "homens que nascem surdos e mudos (...) podem argumentar e discutir retoricamente através de sinais" data de 1644, com autoria de J. Bulwer, *Chirologia*. Mesmo acreditando que a Língua de Sinais que conhecia era universal e seus elementos constitutivos "naturais" (icônicos, de certa forma), o fato de ter sido publicado um livro a respeito do assunto em uma época que eram raras as edições em geral já demonstra o interesse do tema, evidenciando uma preocupação com a educação dos surdos. Preocupação essa ratificada com a publicação, em 1648, do livro *Philocophus*, do mesmo autor, dedicado a dois surdos: o baronês Sir Edward Gostwick e seu irmão William Gostwick, no qual se afirma que o surdo pode expressar-se verdadeiramente por sinais se ele souber essa língua tanto quanto um ouvinte domine sua língua (WOLL, 1987:12).

O ano de 1775 marca a fundação do Instituto de Surdos e Mudos de Paris (atual Instituto de Jovens Surdos de Paris), onde o abade l'Épée (1712-1789)

desenvolve seu trabalho de descrição da Língua de Sinais utilizada pelos surdos de Paris, produzindo uma espécie de “dicionário” língua francesa/língua de sinais. “Seu trabalho educacional com essa língua de sinais será conhecido e difundido por todo o mundo como o “método manual” ou “francês”. (CHARLES-MICHEL DE L’ÉPÉE, 1775)

Houve uma grande mudança na metodologia de ensino que era vivenciada durante o renascimento, pois os alunos de l’Epée deixaram a oralização de lado e aprendiam à língua escrita e a língua de sinais, além que foram se tornando professores, trazendo uma mudança de comportamento inédita e também pode-se dizer promissora na comunidade surda.

Nas décadas seguintes à divulgação dos trabalhos de l’Epée, e, em virtude da adoção de sua metodologia em inúmeros locais, os surdos de toda uma geração, não só na França, mas também na Rússia, Escandinávia, Espanha, Itália e Estados Unidos, puderam destacar-se e ocupar postos de importância na sociedade de seu tempo, coisa que de nenhuma maneira poderiam alcançar sem a educação que receberam na falta da qual permaneceriam limitados às tarefas mais baixas ou a mendigar pelas ruas. (SÁNCHEZ, 1990:51 apud STOKOE:1978).

Sánches (1990, p. 53/54) lembra que as concepções de L’Epée não escaparam, apesar do ineditismo da proposta, dos preconceitos próprios de sua época, e que não poderia ter sido de outra maneira. O abade acreditava que a língua de sinais que usavam os surdos era incompleta, devendo ser melhorada e universalizada. Com essa finalidade introduziu o que ele denominou de “signos metódicos”, que representavam as palavras da língua francesa que não existiam na codificação gestual, tais como preposições e artigos, entre outras. Em suas aulas utilizava sistematicamente os sinais naturais da língua de sinais completados com alguns signos de sua invenção, e as frases eram estruturadas segundo a sintaxe do francês.

Em 1790 surge a escola “gestualista” de Viena, onde pode-se afirmar a existência de uma forte corrente de valorização das línguas de sinais na educação de surdos

No entanto, nem todos pensavam da mesma forma em relação à língua de sinais, surge reconhecidamente sua origem na Alemanha, o movimento denominado *Oralismo* difundia o “método germânico”. Para seus teóricos, um dos problemas da

educação dos surdos estava exatamente no uso da comunicação gestual e na existência de escolas residenciais especiais para surdos, que potencializavam o problema, as escolas gestualistas, sofrem uma forte influência dessa filosofia “otimista”, o *Oralismo*, e mesmo na França muitas crianças surdas acabam realocadas em escolas regulares.

De acordo com Sánchez (p. 66) a experiência fracassa, já que por todos os lados surgem protestos de pais e professores dos ouvintes, temendo uma “contaminação”. Fracassada ou não, a experiência desemboca no Congresso de Milão (1880), que reúne professores de surdos e decide expurgar da educação dos seus pupilos a língua de sinais.

Esse pensamento dominará a educação de surdos por quase cem anos, trazendo para as comunidades surdas prejuízos enormes. Sob o ponto de vista educacional nenhum avanço foi obtido, já que a “normalização” do surdo, ou a exigência de que ele fale, de que ele faça leitura labial, de que ele se comporte como um ouvinte, não advém de decretos. As questões discutidas hoje em dia pelos educadores oralistas são absolutamente as mesmas que as de dois séculos atrás. Sob o ponto de vista cultural, a proibição do uso da língua de sinais no espaço escolar repercutiu profundamente nos grupos organizados de surdos, gerando seu enfraquecimento. (RAMOS,2004.,p.05).

Contudo, com a publicação de um trabalho, do lingüista Americano William Stokoe, onde provou que as línguas de sinais são naturais com todas suas propriedades, acontece uma retomada de pensamento em relação a questão da surdez, que dará origem à filosofia da *Comunicação Total* e posteriormente ao *Bilingüismo*.

De acordo com Ramos (2004):

O surdo passa a ser encarado como minoria bilíngüe e bicultural e as propostas educacionais, culturais, sociais partem dessa hipótese, construindo uma nova visão da Surdez. Mais uma vez os Surdos têm suas línguas de sinais aceitas baseados em fundamentos legais. (RAMOS,2004,p.05).

2.3 FUNDAMENTOS LEGAIS

No decorrer da história verificou-se todo o processo pelo qual passou e ainda perpassava e evolução da educação no que diz respeito à pessoa surda. Pressupõe-se que toda a construção de sua cultura está embasada na experiência

visual, sendo assim requer uma educação fundamentada nesta sua diferença cultural.

Alguns artigos contidos na Constituição Federal de 1967 asseguram aos surdos a receber educação, assim como a Constituição de 1988 estabelece o direito a uma educação diferenciada assegurando o direito à diferença cultural garantindo que:

art. 215. o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

No Brasil, a língua de sinais é oficial como língua de uso dos surdos. É garantida pela lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e é interessante notar também que quase todos os Estados brasileiros já têm em seu quadro a lei que defende língua de sinais e a torna de uso oficial nestes Estados (SCRIBD, s/d).

Sobre a oficialização da língua de sinais a nível nacional, ela já era garantida pelo Congresso Nacional em 1996 através do decreto:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação

Mais adiante segue o Projeto de Lei do Senado nº 180, DE 2004 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fazendo o enquadramento no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Mediante direito estabelecido por lei a presença da língua de sinais se tornou fundamental na educação de surdos, inclusive tornou obrigatório o uso de língua de sinais não somente aos surdos, mas também aos professores que os atendem, bem como motivando a presença de interpretes.

É importante notar que não somente em educação, mas em outros campos e entre eles na comunicação a lei se mostra presente para garantir o direito. Na lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 garante acessibilidade aos surdos no que se refere aos meios essenciais de participação social e da qual nos pode beneficiar.

O Artigo 17 desta lei explica que o Poder Público deverá promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação para garantir o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

E também para acessibilidade, no que refere aos surdos: o art. 18 desta lei cita que: o poder público deverá implementar a formação de profissionais intérpretes de língua de sinais para facilitar qualquer tipo de comunicação direta ao surdo

Em relação à necessidade de comunicação visual para os surdos, o Art. 19 desta mesma lei propõe que se tomem iniciativas visando medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da língua de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação.

Destaca-se ainda que, o Decreto Governamental nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, capítulo VI garante o direito a educação nas escolas ou classes de surdos no que refere a que tenham em seus quadros a língua de sinais, bem como a língua nacional vigente. Ele é incisivo em afirmar que as instituições de ensino devem proporcionar tradutor/intérprete aos alunos surdos:

Art. 23 § 2º - As instituições privadas e públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas das referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso a comunicação e a educação.

Esse decreto provocou muitas mudanças especialmente nas instituições formadoras de professores que tendo de cumprir o que essa lei determinava, foi trazendo a Libras para as instituições de ensino superior, disseminando o seu uso, e conhecendo - a cada vez mais através da geração de pesquisas.

Diante das determinações estabelecidas por Lei, entende-se a educação dos surdos está garantida. Porém é preciso ficar atento para fundamentar

tal educação nos princípios legais tendo como princípio garantir ao surdo o direito a diferença.

2.4 SURDEZ

Segundo a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto (1997), denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Estima-se que pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda, sendo que existem os casos em que pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças.

Segundo Galvão Filho (2002), crianças com limitações motoras, cognitivas, sensoriais e/ou sociais e que não tem suas potencialidades valorizadas, crescem com uma restrita interação com o meio e a realidade que a cerca. Nesse sentido, Valente afirma que:

As crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem (VALENTE, 1991 apud GALVÃO FILHO, 2002, p. 8).

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Vygotsky (1989) percebe que os problemas dos sujeitos com deficiência não são de cunho biológico, mas social. Assim, também, a natureza dos processos compensatórios para o desenvolvimento da criança com deficiência deve ser social e não biológica.

A tarefa da educação consistiria em garantir o envolvimento da criança com deficiência com a vida, possibilitando-lhe compensações para a deficiência, ou seja, alterando o enlace social com a vida por alguma outra via. Este é o olhar prospectivo de Vygotsky que nos leva a olhar não o "menos" da deficiência, mas o "mais" da compensação, aquilo que pode ser feito.

Trazendo essas discussões mais especificamente para a questão da surdez, Lacerda apoiada em Vygotsky, (1996, p.49) esclarece que:

a surdez não significa outra coisa que a ausência de um dos elementos que permitem a formação de relações com o ambiente. A função principal do ouvido é a de receber e analisar os elementos sonoros do ambiente, decompor a realidade em partes singulares com as quais se ligam nossas reações, a fim de adaptar o mais possível o comportamento ao ambiente. Em si mesmo, o comportamento humano, na sua totalidade de reações, excluindo-se aquelas ligadas aos aspectos sonoros, permanece intacto no surdo. (Vygotsky, 1996, p.49)

Emerge, assim, a necessidade de se buscar outros meios de aquisição de linguagem por parte dos indivíduos surdos, os quais valorizem o sentido visual, visto que os sonoros não são efetivos.

A dificuldade dos sujeitos surdos se refere à impossibilidade de aquisição natural das línguas auditivo-orais, majoritárias em nossa sociedade, não por conta de questões orgânicas ligadas à surdez, mas por causa de suas repercussões sociais e culturais, logo, a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado.

Conforme Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez.

Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

Considerando a necessidade do desenvolvimento da capacidade representativa e linguística dos alunos com surdez, a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno e o Atendimento Educacional Especializado em outro, contemplando o ensino de Libras, e o ensino da Língua Portuguesa.

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngüe, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. Além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de „como%”, „onde%”, e „de que forma%” as crianças utilizam as línguas na escola. (MEC/ SEESP, 2006)

Inúmeras polêmicas têm se formado em torno da educação escolar para pessoas com surdez. A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.

Conforme Bueno (2001, p.41) é preciso ultrapassar a visão que reduz os problemas de escolarização das pessoas com surdez ao uso desta ou daquela língua, mas sim de ampliá-la para os campos sócio políticos.

2.5 EDUCAÇÃO INFANTIL E A SURDEZ

A Educação Infantil tem como objetivo auxiliar o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, comprometendo a ação da família e da comunidade e cumprindo duas funções indispensáveis, como cuidar e educar, ressaltando ainda a questão da socialização, pois desde o nascimento a criança seja ela com necessidade especial ou não faz parte de um grupo social e suas necessidades básicas estão ligadas a outras pessoas.

De acordo com Barbosa (2007);

O grupo social onde a criança nasce [...] além de satisfazer suas necessidades transmite-lhe a cultura cumulada ao longo de todo o curso do desenvolvimento da espécie. Essa transmissão cultural envolve valores, normas, costumes, atribuições de papéis, ensino da linguagem, habilidades e conteúdos escolares, bem como tudo aquilo que cada grupo social foi acumulando ao longo da história e que é realizado através de determinados agentes sociais, que são encarregados de satisfazer as necessidades da criança e incorporá-la ao grupo social. (BARBOSA,2007,p.02).

A criança passa por diversas etapas e diferentes formas de pensar e de agir que caracterizam suas relações com o mundo físico e social. Por meio das relações com o outro, a personalidade é construída gradativamente. Portanto, a Educação Infantil exerce grande e definitiva influência na formação pessoal e social da criança sob uma perspectiva de educação para a cidadania, que se reflete na qualidade da formação do ser humano que interage ativamente com o meio em que vive.

Oliveira (2000) afirma que:

É certo que, desde que vem ao mundo, o bebê interage de diferentes maneiras no ambiente físico e social que o cerca. Entretanto, seu ingresso em uma instituição de caráter educativo fará experimentar, forçosamente e de forma sistemática, situações de interação distintas das que vivem com sua família. Ao separar-se de sua mãe/pai, para interagir com outras crianças e compartilhar espaço e brinquedos com outras crianças, vai conviver com ritmos nem sempre compatíveis com o seu e participar de um universo de objetos, ações e relações cujo significado lhe é desconhecido. (OLIVIERA, 2000, p. 26).

Mediante a observação do convívio das crianças umas com as outras no âmbito escolar, percebe-se que o desenvolvimento das mesmas não se processa de forma linear. Os avanços acontecem gradativamente e são vivenciados de forma singular em todas as fases desse processo, diante de todas as diversidades que estão a volta e de suas interações, desse modo os conflitos e negociações de sentimentos e idéias serão vivenciados. Neste convívio, também a relação com os adultos será importante para que elas possam construir pouco a pouco sua identidade. E isso não é diferente com a criança surda.

Se a educação é tão importante para qualquer criança, para a criança surda ela é essencial, pois esta não poderá ser privada de estimulação em seus primeiros anos de vida, pois isso comprometerá seu ritmo. Seu desenvolvimento dentro de uma escola resultará em um maior crescimento nas áreas psicomotora, socioafetiva, cognitiva e, principalmente, da linguagem. Porém, para que esta estimulação realmente ocorra, a criança deve ser entendida como alguém que faz parte do

grupo. Além disso, devem estar presente em um lugar repleto de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores destinados a proporcionar-lhe, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para que possa alcançar um pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo.

Mesmo assim, a Educação Infantil vem enfrentando ainda um grande desafio: a inclusão das crianças com deficiência, pois muitas pessoas ainda consideram a Educação Infantil como um mero lugar onde a criança deva ficar enquanto os pais trabalham.

Então não seria diferente para todos aqueles que não compreendem o verdadeiro sentido da inclusão. Assim, o maior desafio do educador é a construção do conhecimento da criança a partir de suas possibilidades, mesmo sendo estas consideradas diferentes.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc, possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns das crianças, elas permanecem única em suas individualidades e diferenças.
(BRASIL,1998,p.22)

Sabe-se que o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição deve visar à diversidade, devendo pensar a aprendizagem não apenas na dimensão individual, mas de forma coletiva. Diante das interações entre as pessoas no espaço escolar, familiar e na comunidade, a inclusão poderá ser efetiva e concreta.

Para uma efetiva inclusão da criança surda, além de um Projeto Político-Pedagógico que contemple o atendimento às crianças com necessidades especiais, é indispensável à valorização do desenvolvimento integral. Isto porque o conhecimento é construído pelo indivíduo e o aprendizado é um processo com tempo e ritmo diversificado, determinado pela qualidade de interação, pelo nível de participação e pelas oportunidades de vivenciar experiências, construir e elaborar significados e compartilhar conhecimentos em grupo. Sendo assim, fica claro a importância do contato humano adequado, das brincadeiras, da imitação, do diálogo, da exploração de objetos e espaços, estimulando e enriquecendo o desenvolvimento global da criança.

O ideal é que a criança surda frequente a escola infantil desde cedo e conte com a presença de um professor que compreenda suas necessidades e desejos e

que, de preferência, tenha conhecimento da língua de sinais para poder auxiliá-la no desenvolvimento de sua comunicação com todos que a cercam.

A inclusão de uma criança com surdez em uma escola comum objetiva sua socialização e aprendizado, para isso sendo necessário que seja reconhecida e aceita como membro do grupo por todos que fazem parte da comunidade escolar.

De acordo com ROSA (2004):

O trabalho pedagógico em uma Escola Inclusiva deve partir de uma avaliação que indique o caminho já percorrido por nossos alunos, apesar dos comprometimentos que apresentam, para que as propostas a serem elaboradas sirvam de horizonte a ser atingido, indicando, ainda, as metas seguintes. (ROSA, 2004,p. 157).

O papel do professor em relação à criança surda é o mesmo que em relação às outras crianças, destacando-se a função de mediador da comunicação, para que ela interaja no grupo naturalmente. O professor não deve dar tratamento diferenciado a uma criança só porque é surda. Como as demais crianças, ela deve respeitar e aceitar as normas estabelecidas pela escola, e essas deve ser bem definidas.

Apesar das limitações na área da comunicação oral, a criança surda apresenta condições de se desenvolver como todas as crianças de sua idade, ou seja, de saber cuidar de sua higiene pessoal e de seu material, de cooperar, de ajudar os colegas e de ter autonomia. Atitudes de super proteção e tratamento diferenciado somente prejudicarão o seu processo de crescimento pessoal e cognitivo.

Quando a criança surda encontra-se no contexto da Educação Infantil, facilmente é envolvida nas relações de amizade com os demais alunos. A comunicação entre os colegas poderá ser fácil e espontânea, pois o próprio aluno surdo em contato com essas crianças ensinará a língua de sinais. Isso mostra o quanto é fundamental a observação do professor, pois é a partir dessas observações que ele identificará a dificuldade da turma, já que o maior desafio é em relação à comunicação com essa criança.

A interação social é muito importante, e a colaboração dos familiares com os educadores ajudará, e muito, o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno surdo, pois a escola procurará subsídios para melhor auxiliá-lo, devendo a família compreender que, na união do trabalho entre família e escola, será amplamente

beneficiada em seu desenvolvimento global. A partir do momento em que esta parceria se formar, a linguagem da criança surda se ampliará por meio do uso da língua de sinais e da língua oral, sendo acompanhada com atividades lúdicas, expressivas, bem contextualizadas e muito estímulo visual, respeitando a identidade, a cultura, a diferença e o direito do ser surdo.

2.6 O PAPEL DO PROFESSOR E OS METODOS DE ENSINO

Quando se fala em inclusão de alunos surdos no contexto regular de ensino, percebe-se um grande desafio, devido a diferença lingüística que lhes é peculiar. O acesso ao conteúdo, de forma igualitária em relação aos demais alunos não parece acontecer de forma simples, afinal dentro do contexto regular a forma habitual de comunicação é a língua oral, logo, o aluno com necessidade especial auditiva encontra maior dificuldade, sendo assim para o melhor atendimento escola poderá contar com serviços de apoio pedagógico especializado, seja sob a forma de salas de recursos, seja de professores intérpretes ou de apoio fixo nas turmas que mantiverem alunos surdos, entre outras, conforme prevêm as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Res. CNE n.º 02/2001).

Geralmente, o apoio especializado consiste em um trabalho de complementação curricular, que visa ao enriquecimento das atividades já desenvolvidas em sala de aula, para as quais o aluno surdo apresente maiores dificuldades e necessidade de um trabalho mais aprofundado, no entanto primeiramente é necessário uma mudança de paradigmas, seja no meio familiar, social ou escolar, mudança essa que vise resultado qualitativos.

Vale ressaltar ainda que o professor deve ter claro seu papel de mediador do conhecimento, um interlocutor, buscando proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa, claro que com o aluno com necessidade especial o papel do professor é mesmo, o que ele precisa, na verdade, é buscar métodos que possam apoiar esse ensino-aprendizagem de modo que possa atender a necessidade do aluno.

Segundo Redondo e Carvalho (2000, p. 33) a “inclusão de uma criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do professor quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração”.

Em concordância com as autoras acima citadas, a aquisição de competências e habilidades estimuladas por meio de cursos de formação, estudos e pesquisas poderão auxiliar o professor em sua prática.

Na verdade, percebe-se que o professor precisa descontextualizar algumas práticas educativas, introduzindo novas reflexões, análises e formas de relacionamento para que compreenda seu papel de educador, principalmente no que diz respeito ao processo de inclusão, para tanto requer do professor além de uma sólida cultura geral, um esforço contínuo de atualização de conhecimento científico para atuar em sua sala de aula.

O professor que recebe em sua turma um aluno com necessidade especial auditiva deve ter conhecimento básico, quanto ao tipo de perda de audição, quanto ao grau de comprometimento básico, e quanto às diferentes abordagens (oralismo, bilinguismo, comunicação total), pois esses conceitos ajudam no sentido de fornecer parâmetros iniciais sobre a deficiência auditiva. Cabe ressaltar também a necessidade do olhar do professor de forma atenta para que possa perceber como o aluno se apresenta no contexto escolar.

De acordo com Damázio (2007, p. 21) “as propostas de atendimento a alunos com surdez, em escolas comuns devem respeitar as especificidades e a forma de aprender de cada um, não impondo condições à inclusão desses alunos no processo de ensino aprendizagem”

Muitos são os documentos que defendem a educação inclusiva, como por exemplo, a Declaração de Salamanca de 1994, que estabelece que as escolas devam acolher e acomodar todas as crianças que apresentem qualquer tipo de deficiência ou limitação. Diante disso, a educação inclusiva objetiva uma educação de qualidade que atenda às necessidades básicas de aprendizagem e que desenvolva todas as potencialidades dos alunos.

Para que a inclusão escolar seja uma realidade em nossa sociedade, é necessário que haja uma articulação de uma política intensa de inclusão, associada a um provimento financeiro adequado, informação pública empenhada em combater o preconceito, programas extensivos de orientação e treinamento profissional e o fornecimento de serviços de apoio necessários. Algumas mudanças são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas, tais como currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), para a integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas é importante que haja flexibilidade curricular, ou seja, o currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, promovendo oportunidades curriculares apropriadas às crianças com habilidades e interesses diferentes, bem como oferecer assistência instrucional às crianças que necessitem de apoio adicional para acompanharem o currículo regular. O atendimento educacional especializado deve ser realizado na própria escola ou em centro especializado no turno inverso da classe regular e não é substitutivo à escolarização, pois busca complementar a formação dos alunos visando promover autonomia e liberdade na escola e no meio social em que o indivíduo vive, garantindo o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

A Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 em 2002 reconheceram e regulamentaram a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva. Conforme consta no documento Saberes e práticas da inclusão (2006), divulgado pela Secretaria de Educação Especial, a Linguística da Língua de Sinais é uma disciplina em expansão no mundo todo e suas pesquisas demonstram a importância dessa língua na constituição do sujeito surdo. É inquestionável que a maioria dos professores, na quase totalidade das instituições educacionais, emprega como método de ensino a exposição oral e utiliza como recurso privilegiado o quadro de giz. Além da língua de sinais, meio privilegiado de interação simbólica, diferentes formas de comunicação que utilizam outros códigos visuais deverão estar presentes na sala de aula, beneficiando a relação entre professor/alunos surdos e os demais alunos, como o alfabeto manual, mímica, dramatização, desenhos, ilustrações, fotografias, recursos tecnológicos (vídeo/TV, retroprojeto, computador, slides, entre outros), língua portuguesa escrita e língua portuguesa oral/leitura labial.

Segundo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2004), caso exista um aluno com deficiência auditiva matriculado numa escola de ensino regular, ainda que particular, esta deve promover as adequações necessárias e contar com os serviços de um intérprete de língua de sinais, de professor de Português como segunda língua desses alunos e de outros profissionais da área da saúde (fonoaudiólogos, por exemplo), assim como pessoal voluntário ou pertencente a

entidades especializadas conveniadas com as redes de Ensino Regular. Ainda defende que:

Para ensinar a turma toda, deve-se propor atividades abertas e diversificadas, isto é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. As atividades são exploradas, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que livremente as desenvolvem. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivências são alguns processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza. (PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, 2004, p. 41).

Sendo assim, o processo de inclusão implica primeiramente em compreender que cada indivíduo tem um ritmo próprio, sua individualidade, logo, para que a aprendizagem aconteça, o professor terá que se desprender de qualquer tipo de preconceito, conhecer os aspectos relacionados ao desenvolvimento biopsico social do aluno que vai trabalhar. Ressalta-se ainda a necessidade manter uma relação muito próxima aos familiares, pois estes podem oferecer as informações necessárias sobre a criança.

É importante enfatizar que a educação do surdo deve ser Bilingue desde a educação infantil, a Libras deve ser introduzida como primeira língua e língua portuguesa como segunda língua.

Fernandes (2002, p.4) esclarece que a língua de sinais é

[...] uma língua natural em organização em todos os níveis gramaticais prestando-se às mesmas funções das línguas orais. Sua produção realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua percepção é realizada por meio de processos visuais por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial. (FERNANDES, 2002, p.4).

Quando nos comunicamos por meio da fala usamos, necessariamente, a linguagem oral, no entanto, quando a comunicação ocorre por meio da língua de sinais “[...] o primeiro aspecto a considerar é que essas línguas utilizam a modalidade visuo-espacial, que se distingue da modalidade oral-auditiva, utilizada pelas línguas orais” (SALLES, 2004, p.78).

A partir da metodologia Bilíngue o surdo deixa de tentar seguir o modelo do ouvinte e passa a desenvolver sua identidade e sua cultura no contato com seus pares e com os professores bilíngues: “O surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir a sua surdez” (GOLDFELD, 1997, p.138).

Sacks, 1989, afirma que a linguagem só se desenvolve por meio da interação com outra pessoa que tenha domínio da fala. É uma habilidade passada de geração a geração. Diante dessa afirmação, o surdo precisa ser inserido em um ambiente favorável para a aquisição das duas línguas, para que se faz necessário cercar-se de pessoas que tenham domínio de ambas as línguas, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Nesse sentido, parece correto afirmar que, o surdo precisa ser inserido em um ambiente favorável para aquisição das duas línguas, no caso do Brasil a Língua Portuguesa e a Língua de sinais – Libras.

Com a finalidade de um novo encaminhamento para a educação do surdo, surge a Pedagogia Surda, uma metodologia que atende de uma forma satisfatória as especificidades do surdo, de modo a considerar todos os aspectos individuais da pessoa surda.

Segundo Machado (2008,p.78)

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos os produtores e produtos de uma cultura [...] Pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social. (MACHADO 2008, p. 78).

A luta da comunidade surda gira em torno da constituição da subjetividade do jeito surdo de ser, ou seja, da construção de sua verdadeira identidade e consagração de sua cultura.

De acordo com os princípios da Pedagogia Surda, é de suma importância a presença do professor surdo em salas de aulas regulares de ensino, assim como em escolas especiais e Centros de atendimento Especializado para surdos – CAES.

Segundo Perlin, 2006 são os professores surdos que ensinam os surdos. Este método dá ênfase à educação na diferença por meio da mediação intercultural e respeito à identidade do surdo.

Sobre a perspectiva acima citada a autora afirma que:

A virada para a pedagogia do surdo tem sido apresentada como uma ruptura no universo teórico da educação que detém o modelo ouvinte. A transgressão pedagógica que realizamos não nos apavora, mas nos identifica, nos dá a sensação de que é isso que queremos. De fato, alguns aspectos cambiantes fazem desaparecer a pedagogia ouvinte de tal forma

presente nos discursos narrativos fruto de agências coloniais. (PERLIN, 2006, p. 5)

Dessa forma, entende-se que a Pedagogia Surda defende a ideia de que as aulas em LIBRAS devem ser ministradas por professores surdos desde a Educação Infantil, no entanto, percebe-se que para que isso ocorra ainda existe um longo caminho a percorrer, pois o número de professores surdos preparados para assumirem tais funções é insuficiente para atender a demanda existente, assim como também o número de professores ouvintes fluentes em LIBRAS, para atuarem como tradutores/intérpretes nas instituições não difere neste contexto.

Diante do explicitado parece correto afirmar, portanto que as dúvidas e dificuldades ainda existentes em relação a metodologia mais eficaz em relação ao ensino/aprendizagem da pessoa surda dificulta o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas instituições de ensino.

2.7 IMPRESSÕES DA FAMÍLIA E DA ESCOLA EM RELAÇÃO À CRIANÇA COM SURDEZ

A família, tradicionalmente, tem sido o *locus*, é o lugar ideal para se iniciar o processo educacional de qualquer criança, sobretudo das crianças com surdez.. Assim, após o diagnóstico da surdez, a família se vê numa situação de ruptura do imaginário do perfeito e, a reação, em alguns casos, vai de culpa, negação à superproteção e devido às dificuldades de comunicação, associam à incapacidade de socialização.

Conforme Sole (2007) “o sujeito surdo, por permanecer muito mais tempo sem uma fala efetiva para expressar seus pensamentos favorece que a mãe suponha que ele ainda não pensa por si próprio e a estimula a pensar por ele”.

Sabe-se que, quanto mais precoce é o trabalho com criança e a família, melhor será a adaptação dos pais à diferença que seu filho apresenta diante das crianças normais e maiores chances terão as crianças de se desenvolver de forma equilibrada.

Os pais bem orientados pelos serviços educacionais, sabem que precisam desenvolver a linguagem de seus filhos, ou seja, sabem que as crianças mesmo surdas, já nascem com capacidade para expressar o que quiserem, por meio do corpo, principalmente dos gestos, e até por meio das palavras. A família passa a agir normalmente com criança surda (...). Se o surdo profundo for estimulado desde cedo, reagirá auditivamente por vários sons

ambientes e até mesmo poderá, com o tempo codificar alguns sons da palavra falada. (BRASIL, MEC/SEESP, 1997, p. 114).

Muitas vezes a família de educandos surdos espera e necessita da escola conhecimentos, informações, apoio e orientação sobre como lidar especificamente com a situação de convívio com uma pessoa não ouvinte. A falta de atenção para os aspectos relacionados à surdez terá consequências negativas, tanto para educadores como para educandos e familiares. Outro aspecto diz respeito à tendência que a escola tem de reduzir a família à figura materna, não propondo atividades que envolvam a totalidade da constituição familiar, como pais, irmãos, avós.

A família deve estar atenta ao desenvolvimento de seu filho, sendo participativa, reconhecendo quais são os direitos e os deveres da criança, bem como os seus no processo educacional, devendo participar sempre da rotina escolar se mostrando engajada juntamente com a escola e toda a rede escolar.

A participação não obrigatoriamente demanda muito tempo. Deve ser antes de tudo qualitativa, isto é, não é preciso ir à escola todos os dias, assumir funções em comissões ou algo assim; quem puder e quiser, pode fazê-lo, porém mais importante é deixar claro para os filhos que acreditam no trabalho da escola, que estudar não é opção, é obrigação e que os professores têm o apoio da família. Além disso, a supervisão às tarefas e a atenção que dão aos comunicados que o colégio envia, explicitam concretamente às crianças a dimensão que a família dá aos estudos. Atualmente o que a escola mais necessita ter é o apoio da família e da sociedade para poder fazer o seu trabalho de forma eficiente.

Na medida em que percebem que os pais acompanham o trabalho da escola e, além disso, supervisionam e acompanham seus estudos, o cumprimento de tarefas e também seus progressos e dificuldades, os filhos começam a compreender a importância que o saber – e a escola é o veículo primeiro desse saber - tem para a vida moderna, o que é essencial.

Em relação à expectativa dos pais quanto à educação inclusiva:

A escola é um local de aprendizado que vai além da alfabetização. Para muitos pais de deficientes auditivos, a escola também é vista como a possibilidade de aprendizado de vida social. [...] A opção pelo modelo de escola regular (normal) ou especial estaria vinculada aos diferentes tipos de expectativas dos pais; em algumas situações essas expectativas seriam direcionadas pelo reconhecimento das verdadeiras potencialidades da

criança, noutras seriam agregadas pelo desejo da realização do sonho de ver o filho desenvolvendo-se normalmente como as demais crianças ouvintes. (BOSCOLO; SANTOS, 2005, p. 74)

Para tanto, com o objetivo de averiguar a concepção dos pais em relação aos filhos surdos, no tocante ao ambiente escolar, percebeu-se a necessidade de realizar uma entrevista envolvendo uma mãe, que será aqui representada pela sigla MA e um professor, que será representada pela sigla PE, sendo o local de realização da pesquisa uma escola de Ensino Fundamental da cidade de IPORÃ-PR.

O questionário com a mãe continha cinco perguntas e serão apresentadas e analisadas a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa, quantitativa mediante entrevista com uma mãe de um determinado aluno com necessidade especial auditiva e a professora do referido aluno, bem como qualitativa acerca dos estudos dos referenciais teóricos.

A fundamentação teórica teve sua elaboração através pesquisa bibliográfica, subsidiadas em livros e sites que já publicaram sobre o assunto, com a finalidade de demonstrar, por meio deste estudo, métodos de ensino para a inclusão de alunos com necessidades especiais auditivas, visando melhorar a aprendizagem desses alunos, bem como uma educação de qualidade para todos, pois considera-se que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla sobre o assunto em questão, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada. Assim, LUDKE & ANDRÉ (1986, p. 11) postulam:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (...). A pesquisa qualitativa supõe o contato do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo.

Dessa forma, diante do explicitado, parece correto afirmar que quando se busca esboçar as diferentes etapas de um processo de pesquisa, procura-se metodologicamente desenvolvê-la dentro de uma lógica que encaminhe aos objetivos anteriormente formulados.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal professora Geni Aparecida Giordano, na cidade de Iporã-Pr. Essa Escola atende à aproximadamente quinhentos alunos, oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, sendo que também oferece atendimento como Centro de Atendimento Auditivo e Visual.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Gil (1999, p. 43) classifica as pesquisas com base nos seus objetivos gerais, dividindo-os em três grandes grupos: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. As pesquisas explicativas procuram identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

De acordo com o objetivo proposto, este estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva. Com relação aos procedimentos técnicos e forma de análise a mesma é uma pesquisa qualitativa, uma vez que descreve a opinião dos pesquisados sem utilizar ou apresentar dados estatísticos.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A definição da população e da amostra possui a intenção de definir todo o conjunto dos elementos que possuem as características necessárias que serão o objeto de estudo do presente trabalho. De acordo com Mattar (1999, p. 262) “a idéia básica de amostragem está em que a coleta de dados em alguns elementos da população e sua análise podem proporcionar relevantes informações de toda a população”.

A pesquisa foi intencional com o professor que atua juntamente com o aluno pesquisado e com familiares do mesmo.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados necessários à conclusão deste estudo foi realizada uma entrevista com os atores, professor, aluno e familiares do mesmo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A IMPRESSÃO FAMILIAR SOBRE A SURDEZ

O primeiro questionamento se reportava de como a mãe vê o processo de inclusão para criança portadora de necessidades especiais no Ensino Regular, e o resultado foi:

MA: Está bom, mas falta um professor com experiência! Não que o professor de apoio não ajude, mas gostaria de um professor com mais experiência.

Fica claro o posicionamento da mãe de descontentamento com a falta de profissionais preparados. A realidade inclusiva depara com um município que só tem um profissional tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa, sendo insuficiente para atender o município e todos os níveis e modalidade de ensino, conforme preconiza a lei. Neste caso, o aluno está incluído no ensino regular e a professora desconhece a especificidade linguística que é Libras.

Condiz com Skliar, que diz:

Nesse sentido, a escola democrática é aquela que se prepara para atender cada um de seus alunos. Se ela não tem condições de fazer esse atendimento, o professor precisa entrar em contato com os órgãos competentes e discutir o tema. Como responsável por vários cursos de libras e de interpretes, entendo que a formação de professores para atender a alunos surdos depende da convivência com a comunidade surda, a aprendizagem da língua de sinais e o estudo de uma pedagogia ampla. (SKILAR, 1998, p.37)

Também, a formação não depende somente da iniciativa do professor.

Na segunda pergunta foi questionado o relacionamento da família com a criança surda, e a resposta foi

MA: Bom! Mas ele é nervoso e às vezes nós não conseguirmos entender o que ele quer dizer fica bravo.

Neste item é exposto a dificuldade de comunicação até mesmo dentro do contexto familiar isso só afirma o que SKILAR já colocava:

A comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos pode ser deficitária dependendo do tipo de informação recebida após o diagnóstico dos filhos e das modificações, daí decorrentes do curso natural das comunicações

familiares. Para evitar o isolamento psicológico das crianças surdas, a família ouvinte deve estabelecer contato com membros da comunidade surda e dos serviços especiais. Somente o acesso a LIBRAS por meio de interações sociais com pessoas surdas, pode garantir práticas comunicativas apropriadas ao desenvolvimento pleno, cognitivo e lingüístico das crianças surdas, ou seja em um atendimento com perspectiva bilíngüe” (SKLIAR, 1997)

Sobre as dificuldades encontradas no processo de “inclusão” de seu filho se havia bom atendimento, a resposta foi:

MA: Na escola bom! Em casa eu percebo que os colegas (vizinhos) não gostam de brincar com ele.

No depoimento da mãe evidencia que a escola tem cumprido seu papel democrático ao receber todos os alunos, porém ainda há a evidência da exclusão social.

No questionamento sobre a opinião da afirmação que a “inclusão” traz benefícios para a criança surda, a resposta foi de afirmação e finalmente sobre a percepção da mãe em relação à interação com a escola a mãe respondeu que *“No começo ele não aceitava. Hoje já se relaciona bem” (MA).*

A inclusão não vale só para as pessoas com deficiência; vale para todos, porque caso contrário far-se-á novamente a exclusão.

“Incluir significa abrir-se para o que o outro é e para o que se é em relação ao outro. Por isso, a educação inclusiva supõe, sobretudo, uma mudança em nós, em nosso trabalho, nas estratégias que utilizamos no trabalho, nos objetos na sala de aula, no modo como organizamos o espaço e o tempo em sala de aula”. (MACEDO, 2005 p.22).

4.2 A IMPRESSÃO DOS PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS

O primeiro questionamento se reportava à professora em relação ao assessoramento para o desempenho de suas atividades pedagógicas em relação às crianças com deficiência auditiva. A resposta foi a seguinte:

PE: Sim, recebo assessoramento, mas de auxiliares não especializadas na área.

Na fala da professora nos remetemos mais uma vez a falta de profissionais habilitados para o atendimento ao aluno, verifica-se que todos têm o conhecimento

da falta de tais profissionais, mas as providências ainda não estão sendo tomadas. Para SALLES (2007), A formação de professores deverá desenvolver-se em ambiente acadêmico e institucional especializado, promovendo-se a investigação dos problemas dessa modalidade de educação, buscando-se oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas. Devem ser utilizados métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem, incluindo-se, no caso de surdez, a capacitação em língua portuguesa e em língua de sinais. Nos casos de cegueira, a capacitação no código Braille; nos casos de surdo cegueira, a capacitação para o uso de Língua de Sinais digital (p. 60 - grifos do autor).

A segunda pergunta se referiu a reformulação do Plano de Trabalho Docente e a Metodologia para poder trabalhar com essa criança (surda) na inclusão. A professora respondeu que:

PE: O planejamento não a metodologia sim.

A professora ainda relata que:

PE: Não vi a necessidade de reformular o plano de trabalho, nesse caso, porém existe a flexibilidade do planejamento.

Os autores Coll, Marchesi e Palacios & Cols (2004) relatam que:

“Alguns alunos com deficiência podem acompanhar o currículo comum apenas acrescido de alguns ajustes técnicos”

Em seguida foi questionado se a professora e os colegas têm facilidade de se comunicar com essa criança (surda) e se o ambiente de trabalho está de acordo com a metodologia aplicada. Em relação à comunicação relatou que:

PE: Não. Os colegas da classe sentem muita vontade de se comunicar, porém apresentam grandes dificuldades.

A resposta da professora vem mostrar novamente que não está existindo o cumprimento da Lei:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível

médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (DECRETO Nº 5.626, 2005)

Quanto ao ambiente de trabalho ressaltou que:

PE: Não, ainda falta muito para adequá-lo, há apenas afixado na parede um alfabeto para surdos.

No questionamento sobre como a professora analisa o papel da família nesse processo educacional, a professora afirma que:

PE: É de suma importância a participação da família no ambiente escolar, visto que ela juntamente com o educador dará o suporte necessário ao educando no processo ensino aprendizagem, principalmente quando se trata de aluno com necessidades especiais.

Santos (1999) diz que a aproximação e parceria da família e a escola devem estabelecer uma relação de reciprocidade, onde a família participe mais diretamente no processo educacional de seus filhos, ajudando-os a *aprender a aprender* e a escola divida com a família o seu conhecimento sobre a criança, respeitando o seu desejo desta e ajudando-a a se informar e desenvolver, simultaneamente.

Esse contexto parece ser ideal para fundamentar a educação dos alunos, onde haja a parceria entre família e escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização da diversidade humana e a desmistificação de que a surdez é sinônimo de incapacidade, consolidam experiências que o professor incorpora ao receber, em sala de aula, um aluno surdo. Como ser humano e enquanto profissional, passará a assimilar valores significativos e necessários num tempo de mudanças e transformações no mundo moderno.

Para que a proposta inclusiva responda ou cumpra o que as leis da inclusão propõem, se faz necessário inovar as práticas pedagógicas, partindo de um modelo curricular flexível, capaz de atender às diversidades, sempre embasado na ideia igualitária e justa que favorecerá o atendimento aos alunos, juntamente com projetos educativos, visando desenvolver e criar uma sociedade inclusiva, pronta a receber cidadãos capazes, independente de qualquer diferença que possam apresentar.

São muitos os meios para promover ao aluno especial a oportunidade de desfrutar espaços comuns no meio em que está inserido. A inclusão faz com que os professores ampliem a visão de mundo e passem a interagir na diversidade humana., logo a superação do preconceito é uma meta inicial para que o ensino aconteça e o restante dependerá da competência e do esforço da comunidade escolar, do compromisso em buscar subsídios teóricos em experiências partilhadas com estudiosos ou profissionais da educação, bem como a participação ativa da família na escola.

Para atentar a estes fatores e chegar a esta conclusão foi que percebeu-se, no decorrer desta pesquisa, a necessidade realizar a entrevista com uma mãe e uma professora, entrevista esta, demonstrada durante o desenvolvimento deste trabalho, pois pôde-se evidenciar nas respostas aos questionamentos realizados à família a falta de tempo, o pouco conhecimentos de seus direitos e o despreparo que tem em relação à vida educacional do filho e até mesmo a dificuldade em relação à comunicação, ou seja, nem sempre a própria família busca o estudo ou o conhecimento da língua (LIBRAS) que será utilizada pelo filho.

Para que haja inclusão efetiva, são necessárias estratégias facilitadoras como o incentivo e interação entre o grupo, (família, aluno e escola) atitudes de aceitação; atividades que envolvam a todos. Outro fator relevante para que o processo da inclusão se efetive é que os educadores acreditem que todo gesto, atitude, planejamento, ação e avaliação estão a serviço do aluno e que este pode aprender

com tudo, em todos os ritmos e de vários modos, com diversos métodos e com tempo indeterminado.

Parece correto afirmar que a inclusão educacional é uma luta que envolve toda a sociedade porque depende também de políticas econômicas e sociais, assim o educador, sendo assim, sem apoio desses segmentos não poderá desempenhar um bom trabalho. E infelizmente é isso que a realidade apresenta, quando os alunos são inseridos em sala de aula regular, sem nenhum apoio, sem que o educador tenha recebido preparo, a família se omite, e a criança surda vai apenas figurar na lista de chamada, porém sem apresentar nenhum progresso. Além de tudo isso, sabe-se que a falta de comunicação é algo complicado, levando o aluno surdo a se recolher num mundo de alienação, até que deixa de comparecer à escola, pois para ele não faz sentido estar entre pessoas que não o entendem e que ele não consegue entender.

Muitos professores questionam essa situação, no entanto, ficam sem respostas e o problema persiste o que fica evidenciado é que a inclusão educacional não tem sido tratada com prioridade pelo Sistema Educacional tornando-se privilégio de algumas escolas.

Por outro lado, talvez a inclusão educacional sirva para mostrar as ineficiências que a escola possui, demonstrando que as mudanças são necessárias e urgentes e deverão partir de uma total reforma do Sistema Educacional Brasileiro, havendo necessidade da conscientização de todos sobre os benefícios advindos da inclusão.

Sabe-se que a inclusão de pessoas surdas não é uma tarefa fácil, mas que constitui um compromisso ético que visa democratizar a participação de todas as pessoas no processo educacional, num inter-relacionamento que favoreça a troca de experiências, passando a promover a melhoria da qualidade de vida.

A educação numa democracia é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Logo, é de vital importância que as diretrizes norteadoras da política nacional de educação contemplem todos os alunos sem exceção (GOFFREDO, 1991). Se a inclusão educacional unir a criatividade do professor à sua convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos e que não há limites na aprendizagem quando bem direcionada, com certeza haverá remoções de barreiras que ainda embaraçam a inclusão educacional.

Pode-se concluir, portanto que a inclusão de pessoas surdas vem ganhando espaço no contexto social. São avanços lentos, mas significativos que poderão comprovar que uma escola de qualidade, acolhedora para todos, é um sonho possível, pois o direito de todos os indivíduos à educação, como caminho possível de integração com o meio social, deve ser respeitado, independente das dificuldades do educando.

No entanto, assegurar oportunidades iguais, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo meios para que ele desenvolva, tanto quanto possível, o máximo de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

BORSA, Juliane Calegari. **O papel da Escola no processo de socialização infantil**; psicologia.com.pt - o portal dos psicólogos. Disponível em; http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?Codigo=A0351&area=d6subarea=Acesso em 30 de dez. de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.3v

BRASIL, MEC/SEESP. **Relatório de avaliações:** políticas e programas governamentais em educação especial – EFT 1997, P.114 - Disponível em <<http://www.mec.gov.br/seesp/publicacoes>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

BRASIL: Ministério da Educação **Lei das diretrizes e bases da educação Nacional nº 9394/20/12/1996**.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. 61 p. Disponível em: http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/cij/cartilha_acesso_deficientes_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2014.

BOSCOLO, C. C., SANTOS, T. M. M. dos. **A deficiência auditiva e a família:** sentimentos e expectativas de um grupo de pais de crianças com deficiência da audição. *Distúrbios da Comunicação*. São Paulo, v. 17, n.1, p. 69-75, abr. 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/11683/8410>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Diversidade, deficiência e educação**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº 12, p.3-12, julho-dezembro, 1999.

CSEI (2000) **Index para a Inclusão**, Centro de Estudos sobre a Educação Inclusiva. Bristol, Inglaterra <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>

COLL, César.; MARCHESI, Álvaro.; PALACIOS, Jesús.; & COLS – **Desenvolvimentos psicológicos e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais** – Editora Artmed – 2ª edição – V. 3. Autores Associados 2004.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo (2007). **Atendimento educacional especializado**. Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/ SEESP.

DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº 9, p.24-29, janeiro/junho.

DORZIAT, Ana. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica**. http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL.HTM acessado: 20 de junho de 2014.

GALVÃO FILHO, T. **As novas tecnologias na escola e no mundo atual: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais?** In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial. Fortaleza: MEC, 2002. Disponível em: < <http://www.galvaofilho.net/comunica.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Integração ou segregação**. Rio de Janeiro: VERJ, 1991.

HTTP//: www.editora_arara-azul.com.br – Acesso em: 20 de junho de 2014.

HTTP//: www.scribd.com – Acesso em: 20 de junho de 2014.

LACERDA, Cristina B. F. **O aluno surdo em escola regular**, SP, 2007.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

LUDKE, Menge e André, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens educativas**. São Paulo: Epu, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA editora, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. (Org). **Educação Infantil: muitos olhares**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAROLIN, Izabel. Professores Formadores: **A relação entre a família, a escola e a aprendizagem** – Práticas Educativas. Positivo. Ed. 2003.

RAMOS, Célia Regina. **A importância da atuação da família/profissional/legislação para o desenvolvimento da pessoa surda**. Disponível em: http://www.dicionariolibras.com.br/website/download.asp?cod=124&1&idi=1&moe=6&id_categoria=12. Acesso em 20 de junho de 2014.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca, Carvalho, Josefina Martins (2006). **Deficiência auditiva**. Cadernos da TV Escola1. Brasília: MEC

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**.-Curitiba:IESDE, 2004

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SOLÉ, Maria Cristina. **A consequência da dor dos pais diante do diagnóstico de surdez na escolaridade de sujeitos surdos**. Curso de especialização para educadores de surdos. Bento Gonçalves: IPA, 2007.

STOKOE, W. **Sign Language Structure**. Silver Springs, Maryland: Linstok Press, 1960. Tradução online <http://translate.google.com.br/#> Acesso em: 20 de junho de 2014.

VYGOTSKY, Lev S. **Fundamentos de defectologia**. Obras completas – tomo cinco. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

WOLL, Bencie. “**Historical and comparative aspects of British Sign Language**” in Sign and school: using Signs in deaf Children’s Development. Clevedon: Multilingual Matters Ltd., 1987.

